

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)**

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA ("Taesa" ou "Companhia") - Bovespa: TAEE11, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V.Sas. o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O ano de 2017 foi um ano de grandes desafios para a Companhia frente ao cenário econômico apresentado pelo país. A estratégia de crescimento focada em retorno e geração de valor para o acionista, alinhada a uma disciplina financeira, possibilitou à Companhia a adquirir uma concessão nos leilões de transmissão promovidos pela ANEEL, realizar reforços e melhorias nas suas instalações, participar ativamente no mercado de Fusões e Aquisições, concluir uma reestruturação societária dentro do Grupo que aumentou sua participação em algumas de suas coligadas e ainda passar por uma mudança de controle, que tornou a ISA Investimentos e Participações do Brasil a nova controladora em conjunto da Companhia, ao lado da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. A Companhia atingiu um Lucro Líquido de R\$5648,3 milhões e manteve um retorno robusto, pagando R\$608,3 milhões aos seus acionistas, sendo R\$319,9 milhões em dividendos e R\$288,4 em juros sobre o capital próprio. O índice de disponibilidade das suas linhas de transmissão foi de 99,97%, o que demonstra um alto nível de compromisso e competência junto aos seus clientes.

Os resultados da Taesa foram suportados por um padrão de governança corporativa, composta por uma sólida base de acionistas e por uma gestão profissional. A base de acionistas controladores da Companhia, composta pela CEMIG e ISA, como sócios operadores de reconhecida qualidade na gestão de ativos do setor elétrico, contribuiu de forma relevante para os ganhos obtidos por meio da atuação nos fóruns de decisão da Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês específicos). Esta combinação de competências dos Acionistas acrescidas à equipe da Taesa, que possui uma trajetória de sucesso na gestão de seus ativos e um quadro funcional de reconhecida excelência técnica e administrativa, potencializou a competitividade da Companhia. Baseada na sua responsabilidade social e ambiental, a Companhia buscou otimizar da melhor forma possível a aplicação dos recursos destinados a Projetos de Responsabilidade Social e no cuidado com o meio ambiente, promovendo, nas áreas em que atua, o desenvolvimento sustentável, implantando projetos de cunho social e esportivo com os conceitos de sustentabilidade e equidade entre gerações.

Como diretriz estratégica, a Companhia busca permanente por oportunidades que permitam o crescimento sustentável com agregação de valor para nossos acionistas e partes relacionadas. A Administração da Taesa registra os agradecimentos aos seus Acionistas pelo suporte e confiança fundamentais para a concretização de todas as ações e projetos que proporcionaram os resultados alcançados. Nosso agradecimento também a todos os nossos colaboradores que de forma determinada e comprometida, construíram os ganhos obtidos, a todos os Fornecedores, Parceiros e demais Partes Relacionadas pela contribuição decisiva nas mais diversas ações realizadas.

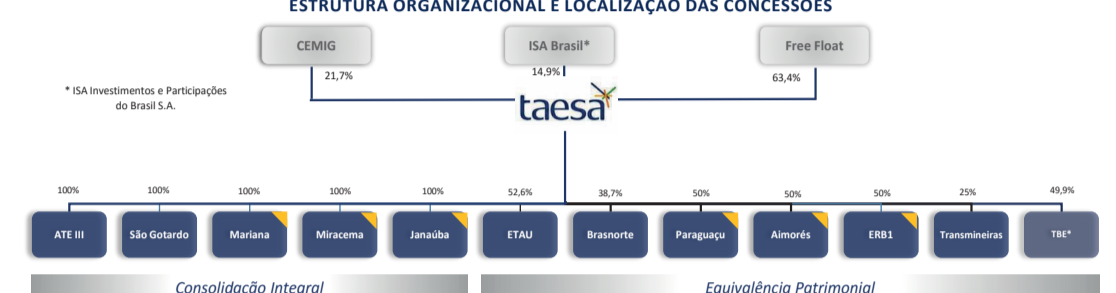
Com grande satisfação apresentamos detalhadamente os resultados consolidados de 2017.

**A COMPANHIA**

A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é realizar serviços de operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP), com aproximadamente 9.868 km de linhas de transmissão em operação, e 2.099 km em construção, totalizando 11.967 Km de extensão. Possui ativos em 70 subestações com nível de tensão entre 230 e 525kV, presentes em todas as regiões do país e um Centro de Operação e Controle localizado em Brasília.

A Taesa detém participação em trinta e cinco concessões de transmissão: dez concessões na holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE III), cinco controladas com 100% de participação (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema e Janaúba), cinco controladas em conjunto (ETAU, Brasnorte, Paraguruçu, Aimorés e ERB1) e quatorze coligadas, sendo onze do grupo TBÉ (EATE, ENTE, ETEP, ESTE, ESDE, EBTE, STC, Lumitrans, ERTE, ECTE e ETSE) e três Transmineiras (Transudeste, Transleste e Transirapé).

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES**



**MISSÃO, VALORES E OBJETIVO**

**Missão:** transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade.

**Valores:** transparência, comportamento ético e respeito, segurança, foco no resultado, sustentabilidade, espírito de excelência, promover o crescimento das pessoas, vencer em equipe, comprometimento e inovação.

**Objetivo:** ser a transmissora de energia elétrica do setor privado brasileiro com maior valor de mercado, através do crescimento sustentável e da eficiência operacional.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Taesa é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (Tag Along) e está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado. A Alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelos seguintes órgãos de governança corporativa:

	CEMIG	ISA	Independente	Total de componentes
Conselho da Administração	5	4	2	11
Conselho Fiscal	2	2	1 (minoritário)	5
Diretoria Estatutária	4	1	-	5

**Conselho de Administração (CA)** - de acordo com o Estatuto Social, deve ser composto por onze membros titulares (efetivos) e seus respectivos suplentes, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, o CA deverá apresentar ao menos quatro conselheiros independentes, sendo dois efetivos e dois suplentes, os quais deverão ser identificados como tal na ata da Assembleia Geral de acionistas que os eleger. O CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros da diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, formados por integrantes do CA, e (iii) deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

**Conselho Fiscal (CF)** - de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o CF é um órgão societário independente da Administração. O Estatuto Social prevê um CF permanente e deve ser composto de no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos, com igual número de suplente. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

**Diretoria Executiva (DE)** - de acordo com o estatuto social a Diretoria será composta por 05 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório e um Diretor de Desenvolvimento de Negócios, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 02 (dois) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os diretores são responsáveis pela administração executiva diária de seus negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas por seu CA.

**CÓDIGOS E POLÍTICAS**

Os códigos e políticas corporativas adotados pela Taesa expressam seus valores e sua cultura organizacional, balizando a condução dos negócios, bem como a relação com os diferentes públicos com os quais a Companhia interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com os cenários externo e interno.

**Canal de denúncias** - A Taesa dispõe de um canal de denúncias, publicado na sua intranet e site institucional, que possibilita a todos os empregados e público externo, a realização de denúncias relacionadas aos temas tratados Código de Conduta Ética e Compliance e demais políticas do Programa de Integridade preservando a identidade do denunciante.

Todas as denúncias realizadas são apuradas pela Comissão de Ética da Taesa, que deve responder ao denunciante em até 30 dias úteis.

**QUALIDADE**

As concessionárias do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus empregados, manifestam seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da organização o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas:

- ✓ Gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e resultados;
- ✓ Atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- ✓ Conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade Cumprimento das Normas de Segurança;
- ✓ Aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações; e
- ✓ Incentivo a capacitação e aprimoramento de conhecimento de seus colaboradores.

**Certificação ISO 9001:2008** - Em 12 de outubro de 2009 a Bureau Veritas certificou o Sistema de Gestão da Qualidade - ISO 9001:2008 da Taesa, nas concessões Novatrans e TSN, com o escopo de "Prestação de Serviços de Operação e Manutenção na Transmissão de Energia Elétrica". No período de 08 à 12 de outubro de 2015 houve a auditoria de re-certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, renovada até 15 de setembro 2018.

**PRINCIPAIS EVENTOS**

Data	Evento	Descrição
28/12	Pagamento de juros sobre capital próprio	Pagamento de JCP no valor de R\$93.115 (R\$0,09009 por ação ON e PN).
30/11	Reestruturação societária "Transmineiras"	Transferência, para a Taesa das ações da Companhia Transleste de Transmissão S.A, Companhia Transudeste de Transmissão S.A. e Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transmineiras"), detidas anteriormente pela "Cemig".
29/11	Pagamento de dividendos intercalares e juros sobre capital próprio	Pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$44.459 (R\$0,04301 por ação ON e PN) e JCP no valor de R\$47.983 (R\$0,04642 por ação ON e PN).
17/11	Compra da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("IB")	O CA aprovou a compra da IB, com aquisição de 24,95% por parte da Taesa e 50,10% por parte da ENTE. O empreendimento do Lote M, com 168Km, é localizado na Bahia e representará um investimento de R\$367.948 com uma RAP de R\$59.590. A conclusão da compra aguarda a aprovação do órgão regulador - Aneel.
17/11	Eleição de membros da Diretoria	O CA elegeu o Sr. Raul Lycurgo Leite, antes Diretor Jurídico e Regulatório, para assumir o cargo de Diretor Presidente, e o Sr. José Aloise Ragone Filho para assumir o cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios, ambos com mandato coincidente com os demais membros da diretoria estatutária, previsto para se encerrar na primeira reunião do Conselho de Administração convocada após a AGO de 2019. O Sr. Raul Lycurgo Leite cumulará o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório da Taesa.
15/09	4ª emissão de Debêntures	Os recursos foram transferidos para a Companhia em 09/10, no valor R\$542.700 (R\$287.700-Série Institucional e R\$255.000-Série Incentivada).
31/08	Pagamento de dividendos intercalares e juros sobre capital próprio	Pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$675 (R\$0,00065 por ação ON e PN) e JCP no valor de R\$ 69.211 (R\$0,06696 por ação ON e PN).
11/08	Contrato de concessão ERB1	Assinatura do contrato de concessão da ERB1 com prazo de vigência de 30 anos. A SPE foi constituída em 17/05/2017.
26/07	Recomposição do Conselho Fiscal	A AGE de 26/07 deliberou a recomposição do Conselho Fiscal, todos com mandato até a AGO a ser realizada em 2018.
13/07	Alienação de Ações da Taesa	Conclusão do processo de alienação de ações de emissão da Taesa de propriedade do "Fipe" e "Taurus" para a "ISA".
22/06	Eleição de membro da Diretoria	Destituição do Sr. Luciano de Araujo Ferraz do cargo de Diretor Jurídico e Regulatório e eleição do Sr. Raul Lycurgo Leite para ocupar o cargo, por meio da RCA, ambos os atos com efeitos em 1º de julho de 2017
31/05	Pagamento de dividendos intercalares e juros sobre capital próprio	Pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$100.041 (0,09680 por ação ON e PN) e JCP no valor de R\$78.117 (0,07559 por ação ON e PN).
12/05	Pagamento de dividendos adicionais de 2016	Pagamento de dividendos adicionais de 2016 no montante de R\$174.718 (0,16906 por ação ON e PN).
28/04	Ratificação do Resultado de 2016	A AGOE ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2016.
07/04	Leilão Aneel 005/2016	O Consórcio Columbia (Taesa-50% e CTEEP-Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - 50%), conquistou o principal lote do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado pela ANEEL no dia 24/04/2017. O lote 1 (ERB1), localizado no estado do Paraná, que é composto por linhas de transmissão com extensão de 600km e por subestações. O consórcio apresentou oferta de R\$267,3 milhões, representando um deságio de 33,24% em relação à Receita Anual Permitida (RAP).
10/02	Contrato de concessão Janaúba, Aimorés e ESTE	Assinatura dos contratos de concessão de Janaúba (17/2017), Aimorés (03/2017) e ESTE (19/2017) com prazo de vigência de 30 anos (Leilão Aneel 13/2015).

**DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS**

**Leilões, reforços e melhorias**  
Em 2017 a Taesa, em parceria com Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA CTEEP, sagrou-se vencedora no lote 1 do leilão 005/2016 organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, garantindo à Taesa um incremento de aproximadamente 600 Km de linhas de transmissão ao seu portfólio e um incremento de aproximadamente R\$ 133,7 milhões na RAP, ponderada por sua participação de 50% na SPE que assumiu a concessão. Além do mercado de leilões de linhas de transmissão, a Taesa atuou fortemente na análise das oportunidades no mercado brasileiro de Fusões e Aquisições. Em 2017 também foi finalizado o processo de reestruturação societária através da transferência para a Taesa das participações acionárias detidas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) no capital social das seguintes concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica: Companhia Transleste de Transmissão S.A. (Transleste), Companhia Transudeste de Transmissão S.A. (Transudeste) e Companhia Transirapé de Transmissão S.A. (Transirapé). Após a reestruturação societária, a Taesa passou a deter direta e indiretamente 30,0% da Transleste, 29,0% da Transudeste e 29,5% da Transirapé, reforçando sua estratégia de crescimento com retornos atrativos e seu compromisso com a geração de caixa e disciplina financeira, além de consolidar seu posicionamento estratégico como uma das maiores empresas de transmissão de energia do país. Atendendo às exigências regulatórias, a Taesa e suas investidas, concluíram cerca de R\$9.440 milhões em reforços e melhorias em seus ativos operacionais.

**Proteção natural contra a inflação**

Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGP-M ou IPCA, o negócio da Taesa é naturalmente protegido contra a inflação.

A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação 12 meses, de junho do ano anterior a maio do ano em referência.

**Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos**

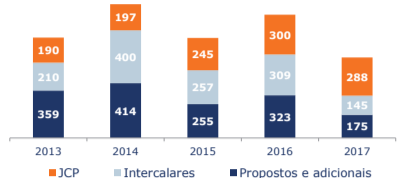
De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal.

No exercício de 2017 a Companhia pagou aos seus acionistas R\$608.319 milhões a título de dividendos e JCP, sendo:

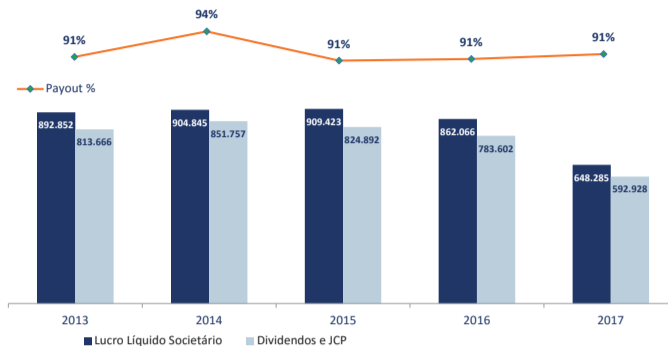
- R\$174.718 em dividendos adicionais do exercício de 2016;
- R\$145.173 em dividendos intercalares de 2017; e
- R\$288.428 em JCP de 2017.

Ciclo	IPCA	IGP-M
2010 / 2011	5,2%	4,2%
2011 / 2012	6,6%	9,8%
2012 / 2013	5,0%	4,3%
2013 / 2014	6,5%	6,2%
2014 / 2015	6,4%	7,8%
2015 / 2016	8,5%	4,1%
2016 / 2017	9,3%	11,1%
2017 / 2018	2,8%	-0,88%

Série histórica de dividendos e JCP pagos (R\$ MM)



**Dividendos e JCP Distribuídos - Payout**



**Disponibilidade das linhas de transmissão**

A Companhia demonstrou competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão em elevados patamares, atingindo o resultado de 99,97% de disponibilidade.

**Histórico de disponibilidade das Linhas de Transmissão**



**Lucro líquido**

A Taesa mantém sua gestão com foco em maximizar os retornos aos acionistas.



**Destacamos os principais fatores que influenciaram o lucro líquido do exercício de 2017:**

- ✓ Redução da receita de remuneração do ativo financeiro de concessão devido ao reconhecimento dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro de acordo com o IGP-M e o IPCA, que apresentaram um decréscimo em 2017 (de 7,12% e 6,99% em 2016 para -0,88% e 2,8% em 2017, respectivamente). A correção monetária do ativo financeiro consiste no reajuste mensal pela inflação, considerando uma defasagem de 1 (um) mês. Sendo assim, os índices supracitados representam o acumulado entre os meses de dezembro do ano anterior a novembro do ano corrente;
- ✓ Aumento da receita de O&M devido ao reajuste anual pela inflação (IGP-M de 1,02% e IPCA de 1,04%), conforme Resolução Homologatória ANEEL, que abrange o ciclo 2017-2018, cuja atualização foi realizada com os índices de julho de 2016 a junho de 2017;
- ✓ Redução nos encargos de dívidas em 2017 que foram impactados, basicamente, pelas amortizações de saldo devedor, queda do CDI e IPCA e liquidação da 2ª emissão e da 1ª série da 3ª emissão de debêntures;
- ✓ Redução do Imposto de Renda e Contribuição Social: (i) pela liquidação do SWAP em 2016, acarretando em aumento dos impostos correntes e reversão do saldo de diferido passivo, e (ii) maior diferimento da diferença entre receita bruta societária e o recebimento efetivo (receita regulatória) em 2017 em relação a 2016, acarretando uma maior "receita" impostos e contribuições diferidos.

	2017	2016	Varição	Varição (%)
Receita operacional líquida	1.077.059	1.391.074	(314.015)	-23%
EBITDA Ajustado	761.608	1.138.706	(377.098)	-33%
<b>Margem EBITDA - Ajustado</b>	<b>70,71%</b>	<b>81,90%</b>		<b>11,19pp</b>
<i>Reconciliação do EBITDA Ajustado</i>				
Lucro líquido do exercício	648.285	862.066	(213.781)	-25%
Equivalência patrimonial	(168.578)	(235.841)	67.263	-29%
Resultado financeiro	222.596	400.889	(178.293)	-44%
Imposto de renda e contribuição social	55.379	108.272	(52.893)	-49%
Depreciação e amortização	3.926	3.320	606	18%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>761.608</b>	<b>1.138.706</b>	<b>(377.098)</b>	<b>-33%</b>
	2017	2016	Varição	Varição (%)
Receita operacional líquida	1.077.059	1.391.074	(314.015)	-23%
<b>EBITDA padrão CVM</b>	<b>930.186</b>	<b>1.374.547</b>	<b>(444.361)</b>	<b>-32%</b>
<i>Reconciliação do EBITDA padrão CVM</i>				
Lucro líquido do exercício	648.285	862.066	(213.781)	-25%
Resultado financeiro	222.596	400.889	(178.293)	-44%
Imposto de renda e contribuição social	55.379	108.272	(52.893)	-49%
Depreciação e amortização	3.926	3.320	606	18%
<b>EBITDA padrão CVM</b>	<b>930.186</b>	<b>1.374.547</b>	<b>(444.361)</b>	<b>-32%</b>

**EBITDA padrão CVM** - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA padrão como um indicador de seu desempenho operacional. A Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 estabelece o cálculo do EBITDA padrão.

**EBITDA ajustado** - é o EBITDA padrão CVM somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão exigido pela CVM, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

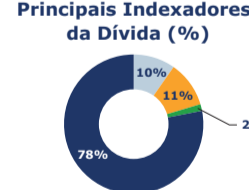
Divida Líquida	2017	2016
Circulante	401.779	909.370
Não circulante (inclui os instrumentos financeiros derivativos atrelados ao empréstimo)	2.637.624	2.426.562
<b>Divida bruta</b>	<b>3.039.403</b>	<b>3.335.932</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(630.715)	(366.919)
<b>Divida líquida</b>	<b>2.408.688</b>	<b>2.969.013</b>

**Divida Líquida** - não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Divida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Divida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a divida líquida como um indicador de seu desempenho.

**Composição da Dívida**



**Principais Indexadores da Dívida (%)**



**Prazo da dívida (%)**



**Divida Bruta**



**Divida Líquida**

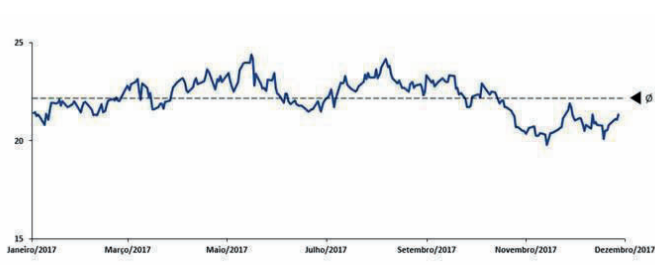


**MERCADO DE CAPITAIS**

Em 31 de dezembro de 2017 o valor de mercado da Companhia era de R\$7,4 bilhões (R\$7,1 bilhões em 31 de dezembro de 2016).  
**Rating**  
Em 2017 a Companhia teve sua nota revisada pela agência Standard & Poor's como reflexo do rebaixamento no rating soberano do Brasil. A Moody's revisou o rating em escala nacional brasileira para Aa1.br de Aa2.br e alterou a perspectiva de negativa para estável. A agência Fitch manteve suas notas e perspectivas. A Taesa permanece com o "Investment Grade" na Escala Nacional por 3 (três) agências, que reflete uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez.

	Fitc	Rating	Perspectiva
Rating para moeda local	BBB		Negativa
Rating para moeda estrangeira	BB+		Negativa
Rating em escala nacional	AAA(bra)		Estável
Standard & Poor's	Rating	Perspectiva	
Rating de crédito corporativo na Escala Nacional Brasil	brAA-	Estável	
Rating na escala global	BB-	Estável	
Moody's	Rating	Perspectiva	
Rating Escala Global	Ba2	Estável	
Rating Escala Nacional Brasileira	Aa1.br	Estável	

**Desempenho das Unit**



**GESTÃO TÉCNICA**

Manutenções especializadas em disjuntores, transformadores e reatores, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo em seus processos operacionais, que tem investido de forma contínua na capacitação de suas equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados das intervenções nas instalações. Destacam-se, ainda, os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de desligamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade das subestações e linhas de transmissão. As manutenções de rotina garantem a disponibilidade operacional das linhas de transmissão nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado. Foram desenvolvidos estudos e propostas para a implantação de novos equipamentos e sistemas nas subestações, denominados regulamentarmente como "Reforços" e "Melhorias". As Melhorias agregam qualidade na prestação dos serviços da Companhia e podem gerar receita adicional, e os Reforços, após aprovados pela ANEEL, garantem à Companhia uma receita adicional para fazer frente aos investimentos necessários para a ampliação da capacidade de transmissão das instalações.

**PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

No ano de 2017, a Taesa deu continuidade a execução de doze projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em parceria com diversas empresas e universidades do país:

- Projeto "Desenvolvimento de Tecnologia de Cabos Supercondutores de Alta Temperatura para Sistemas Elétricos de Potência"
- Projeto "Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira"
- Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento de Soluções Poliméricas para Problemas de Impedância Impulsiva em Sistemas de Aterramento de Torres de Transmissão de Energia Extra Alta Tensão"
- Projeto "Fadiga de Cabos Condutores CA, CAA e CAL: Avaliação Comparativa em Termos do Parâmetro H/W e Cálculo de Vida Residual";
- Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento de Sistema de Detecção por Fluorescência de Compostos Dibenzilidissulfeto, DBDS e OUTROS Presentes em Óleos Isolantes e de Sistemas de Remoção dos mesmos Via Filtros Ativos";
- Projeto "Metodologia de inferência computacional visando melhorias no processo de identificação, prevenção e tratamento de doenças ergonômicas";
- Projeto "Aplicativo computacional inteligente de aquisição e tratamento automático de imagens para monitoramento de manobras de chaves seccionadoras, inspeção e diagnóstico de falhas em equipamentos";
- Projeto "Estudo de ações para mitigação de riscos de desligamentos das linhas de transmissão por queimadas e avaliação de métodos de manutenção de faixas de servidão";
- Projeto "Diagnóstico e Desenvolvimento de Metodologia de Inspeção Preditiva e Não Destrutiva da Corrosão dos Estais das Torres de Transmissão de Energia - Estudo de Caso: LT 230 kV Paraíso Açú";
- Projeto "Desenvolvimento de metodologias multicritérios para criar escala de hierarquização de Transformadores e Reatores, para monitoramento on-line, suportadas por software experimental";
- Projeto "Ferramenta para previsão de risco da ocorrência de fenômenos climatológicos e alocação otimizada de recursos para manutenção emergencial de redes"; e
- Projeto "Controle de Aterramentos Temporários: Tecnologia de IoT Aplicada para a Eliminação de Desligamentos Indevidos pela Permanência dos Aterramentos Temporários".

**GESTÃO DE PESSOAS**

O processo de desenvolvimento dos colaboradores da Taesa é estratégia de negócios e parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em gestão de pessoas tem como função assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados para o negócio.

A Taesa assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado, benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador e, ainda, atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

**Atração e Retenção de Talentos** - as pessoas são elementos impulsionadores da organização, indispensáveis à sua constante renovação em um ambiente de

mudanças e desafios. A Companhia adota a prática do Recrutamento Interno, que visa disponibilizar as oportunidades aos seus funcionários antes de buscar novos profissionais no mercado, o que promove reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento, propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

**Capacitação** - a Política de Capacitação tem por objetivo geral promover e prover ações e estratégias de aprendizagem, que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valorização do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade, necessários à estratégia e manutenção do negócio. A Companhia pretende ampliar as ações de capacitação, incentivando e apoiando o colaborador em iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

**Remuneração** - a política de remuneração tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como do seu pacote de benefícios. Os colaboradores possuem uma remuneração variável, observada e alinhada aos resultados das metas globais, por Diretoria e por Gerência, em conjunto com o atendimento das responsabilidades designadas para seus cargos. **Processos de Comunicação** - a Companhia acredita que a comunicação eficaz é um dos mais importantes fatores de sucesso das grandes organizações. Com o objetivo de estar cada vez mais próxima de seus colaboradores, a Companhia investe de forma consistente nos processos de comunicação, implantando diversos veículos que permitem o fortalecimento do vínculo e da confiança entre a empresa e os funcionários, criando uma cultura de compartilhamento de informações em todos os níveis.

**Saúde e Segurança do Trabalho** - a Companhia possui política de segurança, saúde e bem estar, que visa estabelecer as premissas e diretrizes básicas relacionadas à segurança no trabalho na execução das atividades no Sistema Elétrico de Potência e nos demais ambientes laborais, bem como as responsabilidades dos gestores e demais empregados no que se refere a execução segura dessas atividades. Buscando orientar seus colaboradores para uma cultura de segurança, a Companhia promoveu diversos cursos de capacitação e atualização em normas de segurança e direção defensiva. Os indicadores de segurança, que servem de subsídio para análise de segurança, permitem planejar ações de forma a prevenir acidentes.

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Em 2017 a Taesa investiu R\$4.590 em projetos que contribuem para o desenvolvimento social e valorizam a cidadania:

**Lei Rouanet** – Plano Anual de Atividades e Manutenção 2017 – Instituto Inhotim e Patrocínio Grupo Coraçao Oxu.

**Lei do Esporte** – “Minas em Busca do Pódio” e “Massificação Instituto Tênis 2018”.

**PRONON** - Ampliação do Atendimento Oncológico Diagnóstico e Cirúrgico da Fundação São Francisco de Assis e Melhorias das Instalações e do Parque Tecnológico do Centro de Oncologia da Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei.

**FIA** - Fundo para a Infância e Adolescência MG.

**Lei do Idoso** - Fundo Estadual do Idoso MG.

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde março de 2017 até 31 de dezembro de 2017, pelo montante de R\$1.314. Adicionalmente, por solicitação de um financiador, a "EY Brasil" foi contratada para emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, da controlada Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A., pelo montante de R\$12.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2017, nossos auditores independentes foram contratados para a prestação de serviços profissionais relacionados ao processo de emissão de cartas de conforto em conexão com o processo de emissão de debêntures pelo montante de R\$577.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2017. O valor da prestação do serviço foi de R\$136.

**CVM - BM&FBOVESPA**

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Balanco Social Anual - 2017 e 2016 - Informações Consolidadas						
	2017			2016		
<b>1 - Base de Cálculo</b>						
Receita líquida (RL)		1.077.059			1.391.074	
Resultado operacional (RO)		757.682			1.135.386	
Folha de pagamento bruta (FPB)		119.161			110.518	
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	4.530	3,80%	0,42%	4.159	3,76%	0,30%
Encargos sociais compulsórios	23.745	19,93%	2,20%	21.825	19,75%	1,57%
Previdência privada	1.941	1,63%	0,18%	1.898	1,72%	0,14%
Saúde	7.731	6,49%	0,72%	6.207	5,62%	0,45%
Segurança e saúde no trabalho	363	0,30%	0,03%	286	0,26%	0,02%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.069	0,90%	0,10%	979	0,89%	0,07%
Creches ou auxilio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	14.657	12,30%	1,36%	14.985	13,56%	1,08%
Outros	1.368	1,15%	0,13%	402	0,36%	0,03%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>55.404</b>	<b>46,50%</b>	<b>5,14%</b>	<b>50.741</b>	<b>45,91%</b>	<b>3,65%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	2.331	0,31%	0,22%	2.195	0,19%	0,16%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	580	0,08%	0,05%	615	0,05%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.679	0,22%	0,16%	1.613	0,14%	0,12%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>4.590</b>	<b>0,61%</b>	<b>0,43%</b>	<b>4.423</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,32%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	211.227	27,88%	19,61%	278.509	24,53%	20,02%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>215.817</b>	<b>28,48%</b>	<b>20,04%</b>	<b>282.932</b>	<b>24,92%</b>	<b>20,34%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	98	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	432	0,06%	0,04%	600	0,05%	0,04%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>530</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,05%</b>	<b>600</b>	<b>0,05%</b>	<b>0,04%</b>
Nota explicativa	() não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75%(x) cumpre de 76 a 100%					
	() não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%					
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2017</b>					<b>2016</b>
Nº de empregados(as) ao final do período	520					474
Nº de admissões durante o período	22					67

	2017	2016				
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	124	-				
Nº de estagiários(as)	17	17				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	125	93				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	83	75				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	6,02%	14,89%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	158	142				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,80%	21,31%				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	15	12				
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7184%	7568%				
Número total de acidentes de trabalho	5	5				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção e gerências	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) empregados (as)	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve na empresa	(x) apóia	( ) incentiva e incentiva	( ) não se envolve na empresa	(x) apóia	( ) incentiva e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2017: 1.253.249</b>			<b>Em 2016: 1.694.126</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	16,85% governo	47,31 acionistas	4,42% terceiros	16,44% governo	46,25% acionistas	4,63% terceiros
	23,33% empregados	8,09% empregados		27,11% empregados	5,57% empregados	

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Ativos	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
<b>Ativos circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.680	101.505	56.578	100.299
Títulos e valores mobiliários	5	569.902	261.640	479.661	206.597
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	174.785	173.058	162.093	164.516
Ativo financeiro de concessão	6	1.028.109	1.294.066	940.144	1.208.860
Impostos e contribuições sociais	7	46.663	64.302	37.460	51.339
Dividendos e JCP a receber	11	18.699	19.796	23.291	21.931
Outras contas a receber e outros ativos		51.959	40.511	45.433	38.244
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.946.797</b>	<b>1.954.878</b>	<b>1.744.660</b>	<b>1.791.786</b>
<b>Ativos não circulantes</b>					
Títulos e valores mobiliários	5	4.133	3.774	4.133	3.774
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	13.618	14.032	12.801	13.219
Ativo financeiro de concessão	6	4.206.372	4.623.264	3.523.593	3.999.355
Impostos e contribuições sociais	7	26	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	8	112	-	-	-
Outras contas a receber		16.975	20.198	16.795	20.070
Depósitos judiciais		26.843	17.859	19.683	14.901
Investimentos	10	1.780.935	1.729.927	2.542.867	2.397.872
Imobilizado		23.277	21.519	23.277	21.519
Intangível		35.732	25.166	35.732	25.166
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>6.108.023</b>	<b>6.455.739</b>	<b>6.178.881</b>	<b>6.495.876</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>8.054.820</b>	<b>8.410.617</b>	<b>7.923.541</b>	<b>8.287.662</b>
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.					

Passivos	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
<b>Passivos circulantes</b>					
Fornecedores		39.297	36.991	26.077	28.399
Empréstimos e financiamentos	12	9.165	9.147	6.705	6.686
Debêntures	13	392.614	900.223	392.614	900.223
Impostos e contribuições sociais	7	78.790	25.299	73.472	20.769
Taxas regulatortares		73.805	67.068	68.847	62.827
Dividendos e JCP a pagar	11	6	4	6	4
Outras contas a pagar		51.101	35.635	48.574	34.366
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>644.778</b>	<b>1.074.367</b>	<b>616.295</b>	<b>1.053.274</b>
<b>Passivos não circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	359.599	364.047	349.813	351.814
Debêntures	13	2.243.782	2.017.040	2.243.782	2.017.040
Instrumentos Financeiros derivativos	12	34.243	45.475	34.243	45.475
Impostos e contribuições diferidos	8	96.567	168.629	68.202	144.135
Tributos diferidos	9	275.109	308.166	217.338	251.014
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	14	14.887	9.613	9.672	8.239
Outras contas a pagar		38.303	115.692	36.644	109.083
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>3.062.490</b>	<b>3.028.662</b>	<b>2.959.694</b>	<b>2.926.800</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>3.707.268</b>	<b>4.103.029</b>	<b>3.575.989</b>	<b>3.980.074</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social		3.042.035	3.042.035	3.042.035	3.042.035
Reserva de capital		594.507	594.507	594.507	594.507
Reserva de lucros		551.685	496.328	551.685	496.328
Dividendos adicionais propostos		159.325	174.718	159.325	174.718
<b>Total do patrimônio líquido</b>	16	<b>4.347.552</b>	<b>4.307.588</b>	<b>4.347.552</b>	<b>4.307.588</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>8.054.820</b>	<b>8.410.617</b>	<b>7.923.541</b>	<b>8.287.662</b>

**Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)**

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
<b>Receita operacional líquida</b>	20	<b>1.077.059</b>	<b>1.391.074</b>	<b>905.200</b>	<b>1.266.323</b>
<b>Custos operacionais</b>					

**Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		648.285	862.066	648.285	862.066
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(168.578)	(235.841)	(243.510)	(313.260)
Depreciação e amortização		3.926	3.320	3.926	3.320
Provisões (reversão) de causas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, líquidas	14	3.851	8.823	10	7.444
Juros, variações monetárias e cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	12 e 22	17.661	(59.353)	17.322	(59.755)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	13 e 22	250.194	383.096	250.194	383.096
Instrumentos financeiros derivativos	12, 18 e 22	15.773	126.552	15.773	126.552
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	127.554	132.439	119.659	127.830
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(72.175)	(24.167)	(75.935)	(41.526)
Tributos diferidos		11.703	(13.147)	(33.675)	(14.005)
Custo de construção (*)			6.267		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	6 e 20	(576.548)	(640.958)	(527.263)	(594.637)
Correção do ativo financeiro de concessão	6 e 20	23.152	(338.882)	38.449	(298.312)
Receita de Construção e indenização	6 e 20	(88.845)	(58.366)	(7.308)	(33.590)
Receita de aplicação financeira	22	(69.753)	(58.364)	(62.705)	(49.789)
Provisão (reversão) para Parcela Variável	6	(2.536)	4.538	752	1.038
Variações nos ativos e passivos:					
Redução nas contas a receber de concessionárias e permissionárias e no ativo financeiro de concessão, líquidos		1.326.313	1.312.756	1.242.689	1.236.660
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(16.730)	(32.923)	(19.879)	(36.867)
(Aumento) no saldo de outros créditos		(17.209)	(14.239)	(8.696)	(12.860)
(Redução) no saldo de fornecedores		(9.397)	(2.988)	(2.322)	(2.129)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		6.737	11.839	6.020	11.222
(Redução) no saldo de outras contas a pagar		(73.383)	(33.186)	(69.690)	(30.190)
Dividendos recebidos de controladas				56.057	108.527
Dividendos e JCP recebidos de controladas em conjunto e coligadas	11	205.589	250.444	205.589	250.444
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.512.828)	(1.599.723)	(1.533.742)	(1.631.276)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(39.720)	(34.694)	(33.198)	32.500
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>1.472.808</b>	<b>1.555.029</b>	<b>1.520.544</b>	<b>1.598.772</b>
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	5	(238.868)	(119.078)	(210.718)	(99.228)
Aquisição de coligadas, líquido do caixa adquirido	10	(56.088)	-	(56.088)	-
Adições no imobilizado e intangível	10	(16.250)	(6.569)	(16.250)	(6.569)
Aumento/constituição de capital nas controladas	10	-	-	(38.528)	(11.897)
Aumento de capital nas controladas em conjunto e coligadas	10	(17.951)	-	(17.951)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas	10	-	-	(39.041)	-
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(329.157)</b>	<b>(125.647)</b>	<b>(378.576)</b>	<b>(117.694)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Emissão de debêntures	13	534.124	-	534.124	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(9.032)	(238.036)	(6.585)	(235.590)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(13.059)	(13.715)	(12.719)	(13.309)
Pagamento de debêntures - principal	13	(860.000)	(195.000)	(860.000)	(195.000)
Pagamento de debêntures - juros	13	(205.185)	(259.080)	(205.185)	(259.080)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	12	(27.005)	(42.550)	(27.005)	(42.550)
Pagamento de dividendos e JCP	11	(608.319)	(931.543)	(608.319)	(931.543)
Recebimento e liquidação de instrumentos financeiros - principal	12	-	219.606	-	219.606
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de Financiamento</b>		<b>(1.188.476)</b>	<b>(1.460.318)</b>	<b>(1.185.689)</b>	<b>(1.457.466)</b>
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(44.825)</b>	<b>(30.936)</b>	<b>(43.721)</b>	<b>23.612</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	101.505	132.441	100.299	76.687
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	56.680	101.505	56.578	100.299
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(44.825)</b>	<b>(30.936)</b>	<b>(43.721)</b>	<b>23.612</b>

(\*) Transações Não Caixa no montante de R\$11.703 em 2017 - o custo de construção da subestação e linha de transmissão de Mariana, Miracema e Janaúba, ajustado ao lucro, refere-se aos fornecedores provisionados, que serão pagos no exercício de 2018.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social: " Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. • Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento, (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico. • Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados. • Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades. • Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista. • Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver operando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias. Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil. Controladas, controladas em conjunto e coligadas: Controladas: ATE III, SGT, MAR, MIR e JAN. Controladas em conjunto: ETAU, BRAS, Aimorés, Paraguaçu e ERB1. Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE, ETEP, Transleste, Transirapé e Transudeste; (b) com participação indireta: STC, Lumitrans, ESDE, ETESE, ESTE, Transleste, Transirapé e Transudeste; e (c) com participação direta e indireta: EBTE e ERTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE". As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aquelas definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS), São Paulo (Aimorés, Paraguaçu e ERB1), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETESE, ESTE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé). Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos.

	Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta						
	Concessão	Aquisição ou constituição	Início	Participação	Localidade	Km(a) (Não auditado)	SE (b)
		Contrato de Concessão	Término	Direta e Indireta			
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 09/7/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.134	8
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 09/5/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Munirah Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	06/06/2006 00/6/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Paratesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002	100%	Rio Grande do Norte	146	3
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (c)	18/12/2013 11/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	85	2
	Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR") (c)	26/04/2016 17/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	Tocantins	90	3
	Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN") (c)	09/11/2016 17/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	Minas Gerais e Bahia	542	3
	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Matto Grosso	402	4
	Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (c)	18/11/2016 04/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais	208	2
	Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (c)	18/11/2016 03/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais e Bahia	338	2
	Elétricas Reunidas do Brasil S.A. ("ERB1") (c)	17/05/2017 22/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	Paraná	600	5
Controladas em Conjunto	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	927	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	328	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	459	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	230	4
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	40	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Matto Grosso	782	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
Coligadas	Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (c)	11/11/2016 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	Minas Gerais e Espírito Santo	236	2
	Companhia Transleste de Transmissão ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	30,00%	Minas Gerais	139	2
	Companhia Transudeste de Transmissão ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	29,00%	Minas Gerais	145	2
	Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	29,50%	Minas Gerais	61	2
	<b>Total em operação</b>					<b>9.868</b>	
	<b>Total em construção (Valores estimados)</b>					<b>2.099</b>	
	<b>Total geral</b>					<b>11.967</b>	<b>70</b>

(a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação. (b) As subestações ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas 1 vez e os ativos das concessões MAR, MIR, Paraguaçu, Aimorés, JAN, ESTE e ERB1, que estão em construção, não foram contabilizados no total de subestações. (c) As linhas de transmissão estão em processo de construção e a data prevista para energização é: MAR - maio de 2019, MIR - dezembro de 2019, Aimorés, Paraguaçu, JAN e ESTE - fevereiro de 2022 e ERB1 - agosto de 2022.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2018, pelo Conselho Fiscal em 23 de fevereiro de 2018 e pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínuo. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: a) **Ativo financeiro de concessão** - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. A TRAF reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A Companhia utilizou os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as utiliza-

cificidades de cada leilão. b) **Receita de operação e manutenção (O&M)** - é determinada com base nos seus valores justos e reconhecida de forma linear durante o prazo da concessão. c) **Avaliação de instrumentos financeiros** - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. d) **Impostos, contribuições e tributos** - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e as disposições mencionadas no parágrafo anterior. e) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar** - são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. f) **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. **2.5 Informações por segmento:** O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. **2.6 Sazonalidade:** O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1. Bases de consolidação e investimento em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Taesa e de suas controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 10. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as informações financeiras das controladas são consolidadas linha a linha, enquanto que as informações financeiras das controladas em conjunto e das coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **3.2. Investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures"):** Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de exercer influência significativa nas políticas financeiras e operacionais da entidade, mas não o controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma "joint venture" é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm o controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou "joint ventures" são incorporados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, onde um investimento em uma coligada ou "joint venture" é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou "joint venture". Na aquisição do investimento em uma coligada ou "joint venture", qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio



Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	Total
<b>Saldos em 19 de janeiro de 2016</b>	<b>636.449</b>	<b>12.003</b>	<b>21.141</b>	-	-	<b>669.593</b>
Constituição	-	-	-	1	1	2
Aumento/integralização de capital	-	1.000	5.383	5.512	-	11.895
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	208	-	-	208
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(58.988)	-	-	-	-	(58.988)
Aprovação e pagamento de dividendos intercarteres	(31.111)	-	-	-	-	(31.111)
Equivalência patrimonial	74.848	4.518	(1.442)	(497)	(8)	77.419
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	-	(1.073)	-	-	-	(1.073)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>621.198</b>	<b>16.448</b>	<b>25.290</b>	<b>5.016</b>	<b>(7)</b>	<b>667.945</b>
Dividendos adicionais propostos de 2016	(25.941)	-	-	-	-	(25.941)
Dividendos intercarteres	(30.116)	-	-	-	-	(30.116)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	39.041	-	-	39.041
Aumento de capital	-	-	-	27.931	10.597	38.528
Equivalência patrimonial	65.673	7.569	2.776	(869)	(217)	74.932
Dividendos obrigatórios de 2017	-	(1.798)	(659)	-	-	(2.457)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>630.814</b>	<b>22.219</b>	<b>66.448</b>	<b>32.078</b>	<b>10.373</b>	<b>761.932</b>

(\*) Inclui a menos valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (Controladora).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
SGT	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	1.798
MAR	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	659
				<b>2.457</b>
ATE III	Dividendos intercarteres em 2017	11/08/2017	AGE	12.475
ATE III	Dividendos intercarteres em 2017	23/06/2017	AGE	17.641
	<b>Dividendos intercarteres em 2017</b>			<b>30.116</b>
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	25.941
	<b>Aprovação de dividendos adicionais em 2017</b>			<b>25.941</b>
MIR	Aumento de capital	21/12/2017	AGE	10.397
MIR	Aumento de capital	31/07/2017	AGE	8.560
MIR	Aumento de capital	16/01/2017	AGE	8.974
JAN	Aumento de capital	01/06/2017	AGE	10.597
	<b>Aumento de capital em 2017</b>			<b>38.528</b>
MAR	Adiantamento para futuro aumento de capital	12/06/2016	RCA	39.041
	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital em 2017</b>			<b>39.041</b>
SGT	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	28/04/2017	AGO	1.073
	<b>Dividendos mínimos obrigatórios de 2016</b>			<b>1.073</b>
ATE III	Dividendos intercarteres em 2016	22/12/2016	AGE	31.111
	<b>Dividendos intercarteres em 2016</b>			<b>31.111</b>
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2015	23/03/2016	AGO	58.988
	<b>Aprovação de dividendos adicionais em 2016</b>			<b>58.988</b>
SGT	Aumento de capital	23/05/2016	AGE	1.000
MAR	Aumento de capital	28/12/2016	RCA	5.383
MIR	Aumento de capital	30/12/2016	AGE	5.532
	<b>Aumentos de capital em 2016</b>			<b>11.895</b>
JAN	Constituição	09/11/2016	AGC	1
MIR	Constituição	26/04/2016	AGC	1
	<b>Constituição em 2016</b>			<b>2</b>
MAR	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	23/03/2016	AGO	208
	<b>Reversão de dividendos mínimos obrigatórios em 2016</b>			<b>208</b>

A data-base das demonstrações financeiras das controladas é 31 de dezembro de cada ano.

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,58%	52,58%
BRAS	191.052.000	191.052.000	38,66%	38,66%
Aimorés	7.600.000	1.000	50,00%	50,00%
Paraguauçu	10.300.000	1.000	50,00%	50,00%
ERB1	18.000.000	1.000	50,00%	50,00%

#### Demais acionistas

ETAU (*)	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
BRAS (*)	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bipar Energia S.A. ("Bipar")
Aimorés, ERB1 e Paraguauçu	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")

(\*) Conforme comunicado ao mercado da Eletrobras de 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou a transferência para Eletrobras holding de determinadas participações acionárias detidas pelas subsidiárias Eletrosul, Eletronorte e outras. Dentre as participações que podem ser transferidas para a Eletrobras holding, incluem-se as controladas em conjunto ETAU (Eletrosul) e Brasnorte (Eletronorte). A transferência da participação da Brasnorte da Eletronorte para Eletrobras foi anulada pelo Despacho ANEEL nº 3.339/2017, publicado no D.O.U. em 03 de outubro de 2017. Ambas transferências não foram concluídas até o presente momento.

**Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto:** Brasnorte: • O Conselho de Administração será composto de cinco Conselheiros, sendo dois membros indicados pela Eletronorte, dois membros indicados pela Taesa e um membro indicado pela Bipar. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bipar e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos desse órgão, não tendo direito a voto de qualidade. A aprovação das matérias previstas nas competências no Conselho de Administração dependerá de voto afirmativo de pelo menos 4/5 (quatro quintos) de seus membros. • A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à Taesa a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bipar a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício. As resoluções da Diretoria resultarão do voto da maioria dos presentes. • Se uma das controladoras decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu "stake" na sociedade, os demais acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas. • As questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa-fé, por um período não superior a 30 dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. • O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado. **ETAU:** • A ETAU terá um Conselho de Administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará um membro do Conselho de Administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação dos acionistas no capital da ETAU. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo a cada um dos Conselheiros um voto nas deliberações. • A ETAU terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da ETAU ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas respectivas áreas de atuação, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. As decisões de diretoria devem ser tomadas pelos dois diretores em conjunto. • Os acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da ETAU, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá aos demais acionistas, sempre proporcionalmente. • Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a ETAU e para os demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BRBB+ (escala nacional), emitido pela "Standard and Poors" (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, por outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida. • No caso de controvérsias ou disputas decorrentes desse acordo, os acionistas enviarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso os acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação por escrito de outro(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, os acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre os acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Paraguauçu, Aimorés e ERB1:** • A Paraguauçu, Aimorés e ERB1 terá um Conselho de Administração composto por até quatro membros e seus respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará dois membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Na hipótese em que qualquer dos Acionistas, passe a deter participação inferior a 40% do Capital Social da Sociedade, este Acionista passará a indicar 1 (um) conselheiro e seu respectivo suplente. O outro acionista, nesse cenário, indicará 3 (três) conselheiros e seus respectivos suplentes. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sempre que cada acionista que é parte do Acordo de Acionistas deter participação, de forma isolada, maior ou igual a 40% do Capital Social da Companhia. • A Diretoria da Paraguauçu, Aimorés e ERB1 será composta por 2 (dois) diretores, sendo um o Diretor Administrativo-Financeiro e o outro o Diretor Técnico, ambos escolhidos de comum acordo entre os acionistas para um mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições. Os Diretores deverão obrigatoriamente (i) ser profissionais ídones, que, além de preencherem os requisitos legais, possuam competência, capacidade gerencial e técnica e comprovada experiência profissional e notória experiência no setor elétrico e/ou no setor financeiro e/ou de investimentos, conforme a área de atuação; e (ii) ser selecionados via agência especializada em seleção e contratação de executivos ("Headhunter"), a qual, observando os requisitos acima, selecionará profissionais de mercado e/ou profissionais que eventualmente sejam funcionários de qualquer dos acionistas e sejam indicados por qualquer dos acionistas ao Headhunter. Ao final do processo de contratação conduzido pelo Headhunter, este deverá apresentar aos acionistas uma lista com, no mínimo, 3 (três) profissionais que atendam aos requisitos de cada um dos cargos, conforme determinados pelo próprio Conselho de Administração. Caberá aos Acionistas, em conjunto, a indicação de um dos nomes contidos em cada lista para que sejam submetidos ao Conselho de Administração e eleitos. • Os acionistas poderão apenas transferir, seja para terceiros ou para suas partes relacionadas, a totalidade de suas ações, sendo vedada qualquer transferência de apenas parte de suas ações a qualquer tempo. Neste sentido, caso um acionista decida transferir a totalidade de suas ações, o outro acionista terá: (i) direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ofertadas, independentemente da quantidade de ações ofertadas; ou (ii) o direito de transferir, a seu exclusivo critério, a mesma proporção de suas ações conjuntamente e nas mesmas condições das ações ofertadas. O acionista alienante deverá comunicar a oferta das ações ofertadas ao outro acionista mediante notificação, por escrito. O acionista ofertado terá 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação da oferta, para enviar notificação para o acionista alienante, por escrito, indicando se deseja ou não exercer seu Direito de Preferência e adquirir a totalidade das ações do acionista alienante nas mesmas condições da notificação da oferta; ou se deseja ou não exercer o seu direito de venda conjunta e transferir a proporção aplicável das suas ações nas condições apresentadas na notificação de oferta. • Caso os Acionistas ou os seus representantes não obtenham consenso em relação a qualquer matéria objeto da ordem do dia de uma Assembleia Geral ou, conforme o caso, em razão de empate na votação, qualquer um dos Acionistas poderá declarar a ocorrência de uma Divergência dos Acionistas por meio de notificação escrita enviada ao outro Acionista. Em até 10 (dez) dias consecutivos contados do recebimento da notificação referida acima, a matéria que gerou divergência deverá ser objeto de mediação, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação referida, entre os representantes dos Acionistas, os quais enviarão seus melhores esforços para dirimir a divergência de modo amigável e de boa fé, observado o melhor interesse da Sociedade. Ao final do Prazo de Mediação, vindo a chegar a uma proposta de acordo para dirimir a divergência, a proposta acordada na mediação deverá ser novamente submetida à deliberação da Assembleia Geral da Sociedade, que aprovará ou rejeitará a proposta.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto	ETAU (*)	BRAS	Aimorés	Paraguauçu	ERB1	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>76.041</b>	<b>90.964</b>	-	-	-	<b>167.005</b>
Dividendos adicionais propostos	(10.553)	-	-	-	-	(10.553)
Equivalência patrimonial	7.941	7.540	-	-	-	15.481
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	(114)	(3.213)	-	-	-	(3.327)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>73.315</b>	<b>95.291</b>	-	-	-	<b>168.606</b>
Dividendos adicionais propostos	(11.248)	(2.319)	-	-	-	(13.567)
Aumento de capital	-	-	3.801	5.150	9.000	17.951
Equivalência patrimonial	5.786	5.238	(140)	(111)	56	10.829
Dividendos obrigatório de 2017	(77)	(2.132)	-	-	-	(2.209)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>67.776</b>	<b>96.078</b>	<b>3.661</b>	<b>5.039</b>	<b>9.056</b>	<b>181.610</b>

(\*) Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado).

Em 17 de maio de 2017 e 18 de novembro de 2016, houve a Assembleia Geral de Constituição (AGC) das controladas em conjunto ERB1, Aimorés e Paraguauçu, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía participação de 50% sobre as controladas em conjunto, que possuíam um patrimônio líquido de R\$1.

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
ETAU	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	77
BRAS	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	2.132
	<b>Dividendos obrigatórios de 2017</b>			<b>2.209</b>
Aimorés	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	3.801
Paraguauçu	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	5.150
ERB1	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	9.000
	<b>Aumento de capital em 2017</b>			<b>17.951</b>
BRAS	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	2.319
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	11.248
	<b>Aprovação dos dividendos adicionais em 2016</b>			<b>13.567</b>
ETAU	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	16/02/2017	RCA	114
BRAS	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	09/02/2017	RCA	3.213
	<b>Dividendos mínimos obrigatórios de 2016</b>			<b>3.327</b>
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2015	20/04/2016	AGO	10.553
	<b>Aprovação dos dividendos adicionais em 2016</b>			<b>10.553</b>

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta e indireta)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Coligadas diretas</b>				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
EETP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Transudeste	30.000.000	-	24,00%	-
Transleste	49.569.000	-	25,00%	-
Transirapé	22.340.490	-	24,50%	-
<b>Coligadas indiretas</b>				
STC	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE	50.176.097	50.176.097	49,98%	49,98%
Lumitrans	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE	92.943.000	92.943.000	19,09%	19,09%
EBTE	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
ESTE	1.730.894	1.000	49,98%	49,98%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	5,00%	5,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	5,00%	5,00%

De acordo com o Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir

sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante este período, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência. **Principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE:** • A Alupar Investimento S.A. ("Alupar") terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.

• As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade: (i) aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou agrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações; (ii) cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias; (iii) liquidação ou dissolução da referida sociedade; (iv) alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas; (v) participação da referida sociedade no capital de outras sociedades; e (vi) alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações que se referem determinadas matérias. • Será vedada ao acionista a participação de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum. • O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros: (i) Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social; (ii) Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebradas pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350; e (iii) submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social; as decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior. • Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. • A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo-Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

Movimentação dos investimentos em coligadas	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	EETP	Trans- leste	Trans- sudeste	Trans- irapé	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>707.575</b>	<b>156.558</b>	<b>55.361</b>	<b>431.337</b>	<b>63.950</b>	<b>143.978</b>	-	-	-	<b>1.558.759</b>
Equivalência patrimonial	105.558	15.053	7.820	62.449	6.565	22.915	-	-	-	220.360
Dividendos adicionais propostos em 2015	(50.250)	-	(1.503)	(17.188)	(3.581)	(3.323)	-	-	-	(75.84

Demonstração do resultado	2016				
	ETAU	Brasorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	53.247	35.237	88.484	709.325	797.809
Custos e despesas	(25.795)	(8.868)	(34.663)	(73.549)	(108.212)
Receitas financeiras	1.702	687	2.389	14.911	17.300
Despesas financeiras	(2.848)	(412)	(3.260)	(169.073)	(172.333)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.146)</b>	<b>275</b>	<b>(871)</b>	<b>(154.162)</b>	<b>(155.033)</b>
Equivalência patrimonial	-	-	-	114.743	114.743
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(4.699)	(7.143)	(11.842)	(63.442)	(75.284)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>21.607</b>	<b>19.501</b>	<b>41.108</b>	<b>532.915</b>	<b>574.023</b>
<b>Lucro do exercício - participação da Taesa</b>	<b>11.362</b>	<b>7.540</b>	<b>18.902</b>	<b>242.472</b>	<b>261.374</b>
Apropriação do valor justo allocated do ativo financeiro, líquido de impostos	(3.421)	-	(3.421)	(22.112)	(25.533)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>7.941</b>	<b>7.540</b>	<b>15.481</b>	<b>220.360</b>	<b>235.841</b>

(i) Ativo financeiro de concessão

Ativo Financeiro	31/12/2017	31/12/2016
ETAU	132.779	147.079
BRAS	311.833	310.975
ERB1	19.404	-
Aimorés	8.827	-
Paraguçu	12.869	-
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>485.712</b>	<b>458.054</b>
EATE	736.109	864.653
EBTE	579.854	570.459
ECTE	153.383	165.632
ENTE	544.799	590.894
ERTE	137.473	146.014
ETEP	139.764	164.186
Transleste	149.928	-
Transudeste	101.177	-
Transirapé	153.223	-
<b>Coligadas diretas</b>	<b>2.695.710</b>	<b>2.501.838</b>

Reforços, subestações e linhas de transmissão em fase de construção

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição atual	REIDI (a)
ETAU SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kv-50MVA	REA nº 6.281, que altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017, publicado no DOU em 17/04/2017	R\$1.507	R\$10.272	Previsão para energização: setembro de 2018.	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de 13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017
AIMORÉS LT 500 kv Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 004/2017	R\$71.425	R\$341.118	Previsão para energização: fevereiro de 2022	Portaria MME nº 171/2017. ADE da RFB nº 191/2017
PARAGUACU LT 500 kv Poções III - Padre Paraíso 2 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 003/2017	R\$106.613	R\$505.595	Previsão para energização: fevereiro de 2022	Portaria MME nº 181/2017. ADE da RFB nº 98/2017
ERB1 LT 525 kv Guairá - Sarandi - CD, C1 e C2; LT 525 kv Foz do Iguaçu - Guairá - CD, C1 e C2; LT 525 kv Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2; LT 230 kv Sarandi - Paranavaí Norte, CD; SE 525/230 kv Guairá (novo pátio 525 kv) - (6 + 1 Res) x 224 MVA; SE 525/230/138 kv Sarandi (novo pátio 525 kv) - 525/230 kv (6 + 1 Res) x 224 MVA; SE 230/138 kv Paranavaí Norte - (6 + 1 Res) x 50 MVA	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão 022/2017	R\$267.317	R\$1.936.474	Previsão para energização: agosto de 2022	Portaria MME nº 355/2017, protocolada na RFB

(a) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

(b) As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Concessão	Financiadores	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2017	31/12/2016
ETAU	BNDES Finame Alston	Janeiro/2021	(b)	Taxa fixa 9,5%a.a.	231	233
	BNDES Finame Toshiba	Janeiro/2021	(b)	Taxa fixa 9,5%a.a.	2.741	2.738
	BNDES	Janeiro/2018	(b)	Cesta de moedas + 4.0% a.a. / TJLP + 4.0% a.a.	646	6.302
	BNDES Automático	Agosto/2021	(d)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76%	12.442	6.391
	BNP Paribas	Dezembro/2019	(a)	108% do CDI	10.023	10.068
<b>Controladas em conjunto</b>					<b>26.083</b>	<b>27.732</b>

Concessão	Financiadores	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2017	31/12/2016
ETAU	BNDES	Maio/25	(c)	TJLP + 2,56% 4,5% a.a.	83.967	94.271
					5.549	8.444
					-	-
					-	-
					-	-
ECTE	Bradesco	Setembro/22	(a)	CDI + 0,9875% CDI + 2,15%	74.545	-
					162.139	223.344
					-	-
ENTE	Itaú	Setembro/19	(a)	114% CDI 116% CDI	28.034	28.130
					12.014	12.056
ETEP	Itaú	Agosto/20	(a)	109,75% CDI	45.092	62.096
					-	-
TRANSLESTE	BDMG	Março/25	(e)	10% a.a. 9,5% a.a.	17.733	-
					5.453	-
					-	-
					-	-
TRANSIRAPÉ	Bradesco	Agosto/20	(a)	109,75% CDI	36.006	-
					29.781	-
					342	-
					14.513	-
					4.639	-
					5.146	-
TRANSUDESTE	Bradesco	Setembro/22	(a)	107,75% CDI	49.701	-
					-	-
<b>Coligadas diretas</b>					<b>1.133.834</b>	<b>1.109.233</b>

(a) Sem garantias. (b) 100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU. (c) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva. (d) Carta de Fiança, emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado. O valor contratado foi de R\$13.619 e os recursos serão liberados mediante comprovação financeira. (e) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas. (f) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e passivos contingentes: A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão para riscos	31/12/2017			31/12/2016		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
ETAU	495	120	615	495	120	615
BRAS	216	-	216	229	-	229
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>711</b>	<b>120</b>	<b>831</b>	<b>724</b>	<b>120</b>	<b>844</b>
EATE	-	185	185	-	190	190
ECTE	-	150	150	-	150	150
<b>Coligadas diretas</b>	<b>-</b>	<b>335</b>	<b>335</b>	<b>-</b>	<b>340</b>	<b>340</b>
	<b>711</b>	<b>455</b>	<b>1.166</b>	<b>724</b>	<b>460</b>	<b>1.184</b>

Existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, tributária e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

Passivos contingentes	31/12/2017	31/12/2016
ETAU	152	90
BRAS	7.325	7.325
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>7.477</b>	<b>7.415</b>
EATE	2.331	2.293
EBTE	796	467
ENTE	5	599
ERTE	43	-
ETEP	651	-
<b>Coligadas diretas</b>	<b>3.826</b>	<b>3.359</b>

(iv) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016		
	Resolução nº 2.258 de 30/06/2017			Resolução 2.098 de 28/06/2016			Resolução 1.918 de 23/06/2015		
	Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018	Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017	Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569	38.434	(3.452)	34.982
BRAS	25.801	(1.374)	24.427	24.905	(396)	24.509	22.865	(2.309)	20.556
ENTE	225.130	(13.240)	211.890	221.644	(16.211)	205.433	199.517	(19.177)	180.340
EATE	354.280	(26.483)	327.797	422.270	(32.293)	389.977	381.290	(36.649)	344.641
EBTE	46.005	(2.480)	43.525	44.400	(3.208)	41.192	40.615	(5.088)	35.527
ECTE	47.529	(4.954)	42.575	79.723	(6.839)	72.884	84.201	(8.093)	76.108
ETEP	56.367	(5.645)	50.722	96.563	(7.037)	89.526	86.907	(8.350)	78.557
ERTE	50.533	(2.972)	47.561	49.750	(3.642)	46.108	44.786	(4.305)	40.481
STC	43.982	(1.574)	42.408	41.522	(1.512)	40.010	36.935	(2.479)	34.456
Lumitrans	26.629	(1.553)	25.076	26.206	(1.918)	24.288	23.591	(2.268)	21.323
ESDE	13.097	(1.002)	12.095	12.640	(557)	12.083	11.542	(796)	10.746
ETSE	19.591	(1.229)	18.362	-	-	-	-	-	-
Transirapé	33.123	(1.585)	31.538	29.201	(1.412)	27.789	26.287	(2.159)	24.128
Transleste	40.804	(2.400)	38.404	40.172	(2.941)	37.231	36.163	(3.476)	32.687
Transudeste	25.291	(1.487)	23.804	24.899	(1.823)	23.076	22.414	(2.154)	20.260
<b>TOTAL</b>	<b>1.054.201</b>	<b>(70.185)</b>	<b>984.016</b>	<b>1.156.422</b>	<b>(82.747)</b>	<b>1.073.675</b>	<b>1.055.547</b>	<b>(100.755)</b>	<b>954.792</b>

11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissonárias – CRCP:

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					Outras informações relevantes
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	

**Transações entre a Taesa e suas controladas em conjunto**

1	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ETAU	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2018	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O 2º termo aditivo foi assinado em 10 de julho de 2017 prorrogando a vigência por mais 1 ano.
2	OCR x Outras receitas - Engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - ETAU	R\$66 Valor mensal	01/06/2015 a 24/12/2016	Juros 1% a.m. + multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada	O contrato foi encerrado em 26/10/2016 através do termo de encerramento definitivo.

3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Eventuais atrasos na implantação, que não sejam imputáveis a Contratada poderão ser motivo de aditivo para repactuação nos preços até a conclusão dos serviços.
4	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - BRAS	R\$22 Valor mensal	14/04/2013 a 14/04/2018	Multa de 2% a.m. / Juros de mora de acordo com o mercado financeiro/ Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O 2º termo aditivo foi assinado em 9 de agosto de 2017 prorrogando a vigência por mais 1 ano.
5	Comodato de imóvel - BRAS	Não possui valor	A partir de 25/04/2008 por período indeterminado	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
6	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - Aimorés (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

**Transações entre a Taesa e suas controladas**

7	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MAR	R\$19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
8	OCR x Outras receitas - Serviços de operação - ATE III	R\$32 Valor mensal	01/03/2015 a 16/09/2017, retroagindo a set/2013, prorrogado por prazo indeterminado	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/setembro	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interposição judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de 30 dias corridos.	A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.

9	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ATE III	R\$19 Valor mensal	05/05/2014 a 05/05/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Os efeitos do contrato retroagem a 31 de janeiro de 2013.
---	---	--------------------	-------------------------	--	--	---

10	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SGT	R\$19 Valor mensal	08/09/2014 a 08/09/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
----	---	--------------------	-------------------------	--	---	------------

11	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MIR	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 08/09/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	O contrato teve anuência da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017.
----	---	--------------------	-------------------------	--	---	---

12	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - JAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
----	--	-----	-----	---	------------	------------

**Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas**

13	CRCP x Outras receitas - Contrato de CCT - SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.
----	--	--------------------	---------------------------------------	--	---	---

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/12/2017	31/12/2		

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<b>Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas</b>						
9	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
10	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	10/07/2014 a 10/07/2018	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	O contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data de início da operação comercial.
11	OCP x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve	O pagamento do valor mensal só será devido a partir do início da operação comercial.
<b>Transações entre a Taesa e suas controladas</b>						
12	OCP x Reembolso de despesas - MIR (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
13	OCP x Reembolso de despesas - ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
<b>Transações entre a Taesa e sua Controladora</b>						
14	OCP X Investimento - aquisição Transmineiras - Valor Adicional - CEMIG	Parcela única de R\$12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento	Não houve.	Vide nota explicativa nº10 - Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. Não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado e não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Consolidado			
	Contratos e outras transações		Passivo	Custos e Despesas
			31/12/2017	31/12/2016
<b>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</b>				
1	Data Center – Ativas		46	-
2	Serviços técnicos e de consultoria de informática – Axxion		-	-
3	Desenvolvimento de projeto de P&D – Axxion		-	-
4	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Axxion		-	-
5	Previdência privada - Forluz – despesa		-	-
5	Previdência privada - Forluz – custo		-	-
6	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 013/2015– CEMIG GT		-	-
7	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 002/2017– CEMIG GT		-	-
8	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 005/2016– CEMIG GT		-	-
<b>Transações entre controladas da Taesa e empresas ligadas:</b>				
9	CCI - SGT x CEMIG GT		4	3
10	O&M - SGT x CEMIG GT		40	38
11	CCI - MARIANA x CEMIG GT		-	-
14	Aquisições Transmineiras – Valor adicional – TAESA X CEMIG		12.883	-
			<b>13.214</b>	<b>386</b>
				<b>5.576</b>
				<b>4.938</b>

R E F	Controladora			
	Contratos e outras transações		Passivo	Custos e Despesas
			31/12/2017	31/12/2016
<b>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</b>				
1	Data Center – Ativas		46	-
2	Serviços técnicos e de consultoria de informática - Axxion		-	-
3	Desenvolvimento de projeto de P&D - Axxion		-	-
4	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Axxion		-	-
5	Previdência privada - Forluz - despesa		-	-
5	Previdência privada - Forluz - custo		-	-
6	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 013/2015– CEMIG GT		-	-
7	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 002/2017– CEMIG GT		-	-
8	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 005/2016– CEMIG GT		-	-
<b>Transações com Controladas</b>				
12	Reembolso de despesas Taesa x MIR		-	-
13	Reembolso de despesas Taesa x ATE III		1	-
14	Aquisições Transmineiras – Valor adicional – TAESA X CEMIG		12.883	-
			<b>13.171</b>	<b>564</b>
				<b>4.727</b>
				<b>4.301</b>

II - Fundo de renda fixa – Pampulha - são classificadas na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários. A Taesa é cotista do Fundo Pampulha, que detém aplicações em títulos emitidos por empresas relacionadas à Companhia:

Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Aplicações em fundo de investimento não exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)</b>									
Debêntures CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	4.184	4.875	3.191	3.371	11,65%	16,0%	
Debêntures CEMIG GT	15/02/2018	CDI + 0,90%	-	1.018	-	704	-	15,2%	
Debêntures ETAU	01/12/2019	108% do CDI	1.648	943	1.257	652	10,69%	15,4%	
Debêntures CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 3,93%	815	924	622	639	14,22%	18,8%	
Debêntures CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 4,25%	768	869	586	601	14,57%	19,2%	
Debêntures Axxion	29/01/2017	112% CDI	-	534	-	369	-	16,0%	
NC	LIGHT	22/01/2019	CDI + 3,5%	3.273	-	2.496	-	12,89%	
			<b>10.688</b>	<b>9.163</b>	<b>8.152</b>	<b>6.336</b>			

III – Dividendos e JCP a pagar e a receber:

Dividendos e JCP a receber		31/12/2016	Adição (a)	Recebimento	31/12/2017
<b>Controladas em conjunto e coligadas</b>					
ETAU		10.770	11.325	(16.028)	6.067
BRAS		3.752	4.451	(6.072)	2.131
EATE		-	87.898	(87.898)	-
EBTE		3.254	3.486	(3.254)	3.486
ECTE		2.020	10.388	(7.635)	4.773
ENTE		-	57.340	(57.340)	-
ERTE		-	7.649	(7.649)	-
ETEP		-	18.913	(18.913)	-
TRANSELESTE		-	2.102	(800)	1.302
TRANSUDESTE		-	940	-	940
<b>Consolidado</b>		<b>19.796</b>	<b>204.492</b>	<b>(205.589)</b>	<b>18.699</b>
<b>Controladas</b>					
ATE III		-	56.057	(56.057)	-
SGT		1.988	1.798	-	3.786
MAR		147	659	-	806
<b>Controladora</b>		<b>21.931</b>	<b>263.006</b>	<b>(261.646)</b>	<b>23.291</b>
<b>Dividendos e JCP a receber</b>					
		<b>31/12/2015</b>	<b>Adição (a)</b>	<b>Recebimento</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Controladas em conjunto e coligadas</b>					
ETAU		492	10.667	(389)	10.770
BRAS		3.825	3.213	(3.286)	3.752
EATE		18.445	126.666	(145.111)	-
EBTE		4.240	3.254	(4.240)	3.254
ECTE		-	3.523	(1.503)	2.020
ENTE		7.612	57.253	(64.865)	-
ERTE		-	7.661	(7.661)	-
ETEP		3.945	19.441	(23.386)	-
<b>Consolidado</b>		<b>38.559</b>	<b>231.678</b>	<b>(250.441)</b>	<b>19.796</b>
<b>Controladas</b>					
ATE III		18.428	90.099	(108.527)	-
SGT		915	1.073	-	1.988
MAR		355	(208)	-	147
<b>Controladora</b>		<b>58.257</b>	<b>322.642</b>	<b>(358.968)</b>	<b>21.931</b>
<b>Dividendos e JCP a pagar</b>					
		<b>31/12/2016</b>	<b>Adição (a)</b>	<b>Pagamento</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Consolidado e Controladora</b>					
FIP Coliseu		-	48.952	(48.952)	-
FIA Taurus		-	3.553	(3.553)	-
ISA		-	38.008	(38.008)	-
Cemig		-	182.705	(182.705)	-
Minoritários (b)		4	335.103	(335.101)	6
		<b>4</b>	<b>608.321</b>	<b>(608.319)</b>	<b>6</b>
<b>Dividendos e JCP a pagar</b>					
		<b>31/12/2015</b>	<b>Adição (a)</b>	<b>Pagamento</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Consolidado e Controladora</b>					
FIP Coliseu		-	190.605	(190.605)	-
FIA Taurus		-	1.901	(1.901)	-
Cemig		-	381.610	(381.610)	-
Minoritários (b)		4	357.427	(357.427)	4
		<b>4</b>	<b>931.543</b>	<b>(931.543)</b>	<b>4</b>

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados pela AGO, intercalares e aos juros sobre capital próprio a receber, que são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte. (b) Dividendos e JCP a pagar a acionistas não controladores, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Pagamento de dividendos e JCP (*)	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
JCP	2017	13/12/2017	CA	28/12/2017	93.116	0,09009	0,09009
Dividendo intercalares	2017	10/11/2017	CA	29/11/2017	44.458	0,04301	0,04301
JCP	2017	10/11/2017	CA	29/11/2017	47.984	0,04642	0,04642
Dividendos intercalares	2017	11/08/2017	CA	31/08/2017	675	0,00065	0,00065
JCP	2017	11/08/2017	CA	31/08/2017	69.211	0,06696	0,06696
Dividendos intercalares	2017	17/05/2017	CA	31/05/2017	100.040	0,09680	0,09680
JCP	2017	17/05/2017	CA	31/05/2017	78.117	0,07559	0,07559
Adicionais propostos	2016	28/04/2017	AGO	12/05/2017	174.718	0,16906	0,16906
					<b>608.319</b>		
JCP	2016	18/11/2016	CA	05/12/2016	147.052	0,14229	0,14229
Dividendos intercalares	2016	18/11/2016	CA	05/12/2016	41.743	0,04039	0,04039
JCP	2016	12/08/2016	CA	29/08/2016	24.508	0,02371	0,02371
Dividendos intercalares	2016	12/08/2016	CA	29/08/2016	174.028	0,16839	0,16839
JCP	2016	19/05/2016	CA	03/06/2016	128.394	0,12423	0,12423
Dividendos intercalares	2016	19/05/2016	CA	03/06/2016	93.159	0,09014	0,09014
Adicionais propostos	2015	18/04/2016	AGO	28/04/2016	322.659	0,31220	0,31220
					<b>931.543</b>		

(\*) Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Proporção da remuneração total	2017		2016			
	Fixa	Variável	Fixa	Variável		
Conselho de Administração	100%	-	100%	-		
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-		
Diretoria	52%	48%	64% (*)	36% (*)		
Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de membros remunerados (**)	22	22	5	5	10	5
Remuneração fixa	3.102	2.940	6.738	6.044	527	496
Salário ou pró-labore	3.102	2.940	6.194	5.412	527	496
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	544	632	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	6.216	3.474	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	3.084	2.636	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do cargo	n/a	n/a	3.132	838	n/a	n/a
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>3.102</b>	<b>2.940</b>	<b>12.954</b>	<b>9.518</b>	<b>527</b>	<b>496</b>

(\*) As informações divulgadas em 2016 não consideravam outras verbas que compõem a remuneração. Para que haja comparação com 2017, demonstramos abaixo informações complementares para 2016:  
(i) Percentual de remuneração fixa e variável, considerando outras verbas que compõem a remuneração: 62% e 38%, respectivamente.  
(ii) Remuneração fixa e variável, considerando outras verbas que compõem a remuneração: R\$3.584 (complemento de R\$1.515) e R\$2.179 (complemento de R\$147), respectivamente.  
(\*\*) Inclui membros suplentes que receberam uma remuneração no exercício.

Número de membros efetivos	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de membros efetivos	11	11	5	5	5	6
Número de membros suplentes	11	11	-	-	5	5
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	17	17	313	229	9	9
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	8	7	122	160	9	8
Remuneração individual média no exercício (mensal)	12	12	238	184	9	8

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Data de assinatura	Captação			Encargos financeiros anuais
			Tipo	Valor contratado e recebido	Vencimento final	
<b>Moeda nacional-R\$<sup>(1)</sup></b>						
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito A	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito B	168	12/08/2021	TJLP - TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CC			



(cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2017
CDI (i)	6,75%	8,44%	10,13%	9,93%
IPCA (i)	3,75%	4,69%	5,63%	2,95%
Líbor (ii)	1,88%	2,36%	2,83%	1,70%
PTAX - Dólar (i)	3,35	4,19	5,03	3,31

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 16 de fevereiro de 2017.  
(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 27 de setembro de 2017.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	31/12/2017	Efeito no lucro antes dos impostos - 2017 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B

Sem proteção - Consolidado				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	629.790	(20.027)	(9.400)	1.228
Passivos financeiros				
Debêntures				
- CDI	292.505	9.288	4.352	(584)
- IPCA	2.353.437	(18.891)	(40.954)	(63.018)
		(9.603)	(36.202)	(63.602)

Sem proteção - Controladora				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	539.549	(17.158)	(8.053)	1.052
Passivos financeiros				
Debêntures				
- CDI	292.505	9.288	4.352	(584)
- IPCA	2.353.437	(18.891)	(40.954)	(63.018)
		(9.603)	(36.202)	(63.602)

Com proteção - Controladora e Consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- Líbor	321.718	(1.516)	(3.411)	(5.306)
- Dólar	321.718	6.906	(71.798)	(150.501)
Derivativos				
Ponta ativa - Líbor	(321.718)	1.516	3.411	5.306
Ponta ativa - Dólar	(321.718)	(6.906)	71.798	150.501
Ponta passiva - CDI	355.961	11.303	5.297	(710)
<b>Efeito líquido</b>		<b>11.303</b>	<b>5.297</b>	<b>(710)</b>

**18.7. Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos por bancos e instituições financeiras. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devido pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. 18.8. Gestão do risco de liquidez: A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento. A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	2	10.045	512.585	2.095.708	1.083.129	3.701.469
Prefixada	863	1.710	7.647	38.186	2.014	50.420
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.698	20.814	21.677	-	49.189
<b>Consolidado</b>	<b>865</b>	<b>18.453</b>	<b>541.046</b>	<b>2.155.571</b>	<b>1.085.143</b>	<b>3.801.078</b>
Pós-fixada	2	10.045	512.585	2.095.708	1.083.129	3.701.470
Prefixada	633	1.254	5.606	27.900	2.014	37.407
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.698	20.814	21.677	-	49.189
<b>Controladora</b>	<b>635</b>	<b>17.997</b>	<b>539.005</b>	<b>2.145.285</b>	<b>1.085.143</b>	<b>3.788.066</b>

**18.9. Gestão dos riscos operacionais:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial: **Riscos regulatórios** - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Risco de seguros** - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas substações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. **Risco de interrupção do serviço** - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. Devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais. **Risco técnico** - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesse caso, os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável). **Risco de contencioso** - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. **18.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:** Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

**18.10.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	Hierarquia do valor justo
Consolidado e Controladora				
Empréstimos e financiamentos	12	321.718	317.112	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	12	34.243	45.475	Nível 2
Passivos financeiros		355.961	362.587	

**18.10.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo):** Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Consolidado</b>						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	6	5.234.481	6.084.647	5.917.330	6.351.324	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	13	2.636.396	2.604.585	2.917.263	2.760.936	Nível 2
<b>Controladora</b>						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	6	4.463.737	5.297.281	5.208.215	5.636.771	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	13	2.636.396	2.604.585	2.917.263	2.760.936	Nível 2

**Técnicas de avaliação e informações usadas:** **Ativo financeiro de concessão:** no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está aferida através de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro de concessão, por meio do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro de concessão mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana, taxa livre de risco e o risco Brasil, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **Debêntures:** a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 31 de dezembro de 2017 e 2016, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações. Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

## 19. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	2017	2016
Lucro do exercício	648.285	862.066
Lucro do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	370.539	523.725
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	627.873
Lucro do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	277.746	338.341
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (**)	442.783	405.624
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	0,62727	0,83413
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	0,62727	0,83413

(\*) Quantidade em lotes de 1.000 ações.

(\*\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

## 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração do ativo financeiro de concessão	576.548	640.958	527.263	594.637
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	(23.152)	338.882	(38.449)	298.312
Operação e manutenção	554.481	523.439	512.019	483.480
Construção e indenização	88.845	58.366	7.308	33.590
Parcela variável (a)	(9.028)	(24.855)	(8.944)	(14.838)
Outras receitas	25.900	7.160	25.612	8.105
Receita operacional bruta	1.213.594	1.543.950	1.024.809	1.403.286
PIS e COFINS correntes	(88.409)	(86.382)	(77.135)	(76.008)
PIS e COFINS diferidos	33.056	13.147	33.675	14.005
ISS	(159)	(160)	(159)	(160)
Encargos setoriais (b)	(81.023)	(79.481)	(75.990)	(74.800)
Deduções da receita	(136.535)	(152.876)	(119.609)	(136.963)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.077.059</b>	<b>1.391.074</b>	<b>905.200</b>	<b>1.266.323</b>

(a) parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorrer indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertencem à linha de transmissão.  
(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional bruta (+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	1.213.594	1.543.950	1.024.809	1.403.286
	458.909	(41.651)	467.173	(776)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>1.672.503</b>	<b>1.502.299</b>	<b>1.491.982</b>	<b>1.402.510</b>

## 21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração direta	(63.754)	(59.755)	(61.552)	(58.279)
Benefícios	(31.662)	(28.937)	(30.113)	(28.149)
FGTS e INSS	(23.745)	(21.826)	(22.851)	(21.236)
Pessoal	(119.161)	(110.518)	(114.516)	(107.664)
Material e serviços de engenharia	(119.271)	(74.438)	(37.586)	(48.603)
Serviços de terceiros	(52.664)	(43.950)	(49.513)	(40.396)
Depreciação e amortização	(3.926)	(3.320)	(3.926)	(3.320)
Outros custos e despesas operacionais	(24.355)	(23.462)	(22.473)	(22.605)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(319.377)</b>	<b>(255.688)</b>	<b>(228.014)</b>	<b>(222.588)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir: **Custos com serviços de terceiros:** custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia. **Custos com materiais:** custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão. **Outros custos operacionais:** custos com alugueis, combustível, seguros, reembolso de custos e perda na alienação de bens. **Despesas com serviços de terceiros:** despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria. **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:** despesas com taxas, contribuições, ganhos na alienação de bens, alugueis, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

## 22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Rendimentos de aplicação financeira	69.753	58.364	62.705	49.788
<b>Receitas financeiras</b>	<b>69.753</b>	<b>58.364</b>	<b>62.705</b>	<b>49.789</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
- Juros incorridos	(13.069)	(11.852)	(12.730)	(11.450)
- Variação cambial	(4.613)	72.941	(4.613)	72.941
- Ajuste ao valor justo	21	(1.736)	21	(1.736)
	(17.661)	59.353	(17.322)	59.755
<b>Debêntures</b>				
- Juros incorridos	(193.146)	(258.391)	(193.146)	(258.391)
- Variações monetárias	(57.048)	(124.705)	(57.048)	(124.705)
	(250.194)	(383.096)	(250.194)	(383.096)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
- Juros incorridos	(26.788)	(42.174)	(26.788)	(42.174)
- Variação cambial	4.613	(72.941)	4.613	(72.941)
- Ajuste ao valor justo	6.402	(11.437)	6.402	(11.437)
	(15.773)	(126.552)	(15.773)	(126.552)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(283.628)	(450.295)	(283.289)	(449.893)
<b>Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>(8.721)</b>	<b>(8.958)</b>	<b>(8.103)</b>	<b>(8.521)</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(292.349)</b>	<b>(459.253)</b>	<b>(291.392)</b>	<b>(458.414)</b>
	(222.596)	(400.889)	(228.687)	(408.625)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Juros incorridos	(233.003)	(312.417)	(232.664)	(312.015)
Variação monetária	(57.048)	(124.705)	(57.048)	(124.705)
Ajuste ao valor justo	6.423	(13.173)	6.423	(13.173)
	(283.628)	(450.295)	(283.289)	(449.893)

## 23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2017, 88% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas ATE III, MIR e JAN participavam do Plano Taesaprev (88% em 31 de dezembro de 2016). A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11.

## 24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesá (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE (manutenção de parte da LT e da SE Açailândia) e EN

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018

Raul Lycurgo Leite - Diretor Presidente, Diretor Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria - Diretor Técnico

José Aloise Ragone Filho - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes, pertinente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018

Raul Lycurgo Leite - Diretor Presidente, Diretor Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria - Diretor Técnico

José Aloise Ragone Filho - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, considerando a decisão da Diretoria, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o Relatório da Administração e os demais documentos que compõem as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do relatório dos auditores independentes emitido nesta data, bem como a proposta da Administração para destinação do Resultado do exercício de 2017. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (Ernst & Young Auditores Independentes), opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76 e legislação subsequente. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018.

Marília Carvalho de Melo, Ademir Lucas Gomes, Manuel Domingues de Jesus e Pinho, Susana Furquim Xavier Couto, Alexandre Pedercini Issa

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA** Rio de Janeiro – RJ.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Infraestrutura da concessão:** Como divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrado ativo financeiro de concessão nos montantes de R\$ 5.234.481 mil e R\$ 4.463.737 mil, para o consolidado e controladora respectivamente. Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4 (a) e nº 3.10, o saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro garantido pelo Poder Concedente conforme o contrato de concessão, descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida – RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades e grau de julgamento atrelados ao processo de avaliação do ativo financeiro, bem como a magnitude dos montantes envolvidos e a natureza do processo de mensuração aplicado pela Companhia, o qual envolve planilhas de cálculo complexas e que são manualmente atualizadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) a avaliação do critério de reconhecimento e mensuração do ativo financeiro de concessão; (iii) a obtenção e teste das planilhas de

cálculo preparadas pela Companhia, além de seu confronto com os registros efetuados no sistema contábil; e (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão, incluindo a mensuração e o reconhecimento da receita de remuneração do ativo financeiro de concessão e da receita dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão, com o auxílio de nossos especialistas internos na interpretação Técnica IPCO 01 (R1) – Contratos de Concessão, correspondente ao IFRIC 12. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados para a mensuração dos ativos de infraestrutura de concessão, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento dos ativos financeiros de concessão bem como as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva  
Contador  
CRC-1RJ 090174/O-4